

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Litigância e riscos fiscais para 2023 (Artigo)..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Governo terá conta extra de R\$ 281 bi..... 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Trabalhador deixa no PIS/Pasep mais de R\$ 562 milhões..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Qual regime fiscal da despesa? (Artigo)..... 6

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja as regras para se aposentar pelo INSS nos próximos cinco anos (Previdência)..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Extrema vive boom, vira berço do e-commerce e enfrenta déficit habitacional..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A redenção dos Juros sobre o Capital Próprio - OPINIÃO JURÍDICA..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Eleição põe à prova independência do BC..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quadro fiscal impõe desafio..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Troca de marcha (Editorial)..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ministro do STF autoriza São Paulo e Piauí a compensar perdas com teto do ICMS..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote eleitoral do governo deve manter Selic elevada..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O bumerangue fiscal (Editorial)..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com risco fiscal, custo da dívida pública pode subir R\$ 63 bi..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Conjuntura econômica derruba setores que bombararam na pandemia..... 25

Segunda-Feira, 1 de Agosto de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Pagamento de dividendo elevado gera críticas a estratégia da Petrobras.....29

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Cenário externo difícil complica combate à inflação no Brasil.....31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Bancos centrais vivem independência limitada.....32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Instabilidade política cobra um preço alto.....33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

No horizonte, um 2023 ainda mais desafiador.....34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Com dois anos de atraso, Censo inicia coleta de dados.....35

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - E AGORA, BRASIL?
ECONOMIA

Expansão dos gastos públicos agrava efeitos do cenário global no Brasil.....36

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Inflação, juro alto e recessão testam a força das 'big techs'.....37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fim do ciclo de alta da Selic divide mercado; juro pode alcançar 14%.....38

Litigância e riscos fiscais para 2023 (Artigo)

Helder Rebouças

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=8§ion=2

Governo terá conta extra de R\$ 281 bi

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O próximo presidente da República vai receber o "tanque" do caixa do governo mais vazio em pelo menos R\$ 178,2 bilhões com o efeito em 2023 das medidas adotadas pelo governo Bolsonaro e pelo Congresso, a maior parte de olho nas eleições. A perda de recursos sobe para R\$ 281,4 bilhões com a redução do caixa dos governadores e dos prefeitos com a desoneração permanente do ICMS e do IPI. Com a inclusão de um possível reajuste no salário dos servidores federais, o valor pode chegar a R\$ 306,4 bilhões.

É uma fatura que já apareceu na conta do Tesouro Nacional nos últimos dias depois que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) suspenderam o pagamento de parcelas de dívidas dos Estados com a União para compensar a perda de arrecadação com a redução do ICMS.

O pacote consolida a perspectiva de uma espécie de "voo de galinha turbinado por um ciclo político-eleitoral" de expansão dos gastos públicos e de desoneração tributária, segundo o economista sênior da consultoria LCA, Bráulio Borges, que calculou, a pedido do Estadão, os efeitos das medidas no primeiro ano do próximo governo. É uma ação voltada para o estímulo do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo semestre deste ano, quando os eleitores vão às urnas para escolher o próximo presidente, governadores, senadores e deputados.

GASTOS.

Borges incluiu na lista um gasto extra, de R\$ 25 bilhões, a partir de março de 2023, para o reajuste de 10% para os **servidores públicos**, porcentual que não repõe nem metade da **inflação** acumulada de 25% estimada para o período de 2020 a 2022. Apesar de não ser uma medida eleitoreira, o reajuste é uma conta extra para o novo governo, depois do congelamento dos salários e de o presidente voltar atrás na promessa de correção de 5% em 2022.

Também está na lista um custo adicional de pelo menos R\$ 60 bilhões para financiar em 2023 a permanência do piso de R\$ 600 do Auxílio Brasil, medida que já foi antecipada pelos dois candidatos que lideram as pesquisas: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Bolsonaro (PL).

Mesmo esse valor é considerado conservador diante da inclusão de um número maior de famílias no programa para zerar a fila. Na área econômica, técnicos admitem que o aumento do custo poderá chegar a R\$ 70 bilhões, além do orçamento atual de R\$ 89 bilhões.

Já a desoneração do ICMS, que o economista da LCA chama de bondade com chapéu alheio, representará um "tremendo" choque de receita para Estados e municípios (R\$ 87 bilhões), e pode acabar batendo na porta do governo federal. Ele destaca que o corte do IPI também traz prejuízo aos governos estaduais e às prefeituras. Dos R\$ 27,4 bilhões de perda de receitas do IPI em 2023, R\$ 11,2 bilhões seriam da União e o restante, R\$ 16,2 bilhões, das receitas disponíveis dos Estados e dos municípios. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trabalhador deixa no PIS/Pasep mais de R\$ 562 milhões

Os profissionais que trabalharam com carteira assinada na iniciativa privada ou atuaram como **servidores públicos** em 2020 podem ter direito de sacar o abono do PIS/Pasep de R\$ 1.212 neste ano.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência, que administra os recursos, há R\$ 562,9 milhões "esquecidos" na Caixa Econômica e no Banco do Brasil. Ao todo, quase 600 mil deixaram de sacar os valores, conforme os dados mais recentes do ministério.

O Programa de Integração Social (PIS) é pago pela Caixa a trabalhadores contratados por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) é depositado pelo Banco do Brasil a profissionais do setor público.

O abono é liberado todo ano conforme calendário aprovado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Em 2022, os depósitos referentes ao ano-base de 2020 foram liberados em fevereiro e março.

No entanto, quem não conseguiu sacar tem até 29 de dezembro deste ano para ter o benefício.

Tem direito aos benefícios o profissional que trabalhou com carteira assinada ou em órgão público por, no mínimo, 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base de pagamento. Além disso, é preciso estar cadastrado no programa ou no Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis) há pelo menos cinco anos.

Também é necessário ter recebido até dois salários mínimos, em média, como remuneração mensal no ano-base. Os dados precisam ter sido informados pelo empregador (pessoa jurídica ou governo) corretamente na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ou no eSocial (Cristiane Gercina, da Folhapress).

Veja como fazer o saque

O pagamento do PIS/Pasep é proporcional ao número de meses trabalhados no ano-base. O cálculo considera 1/12 do salário mínimo válido na data do pagamento, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente, com

arredondamento para cima.

Se o beneficiário trabalhou o ano todo, recebe o valor cheio. Se trabalhou um mês, receberá R\$ 101. Frações de 15 dias, ou mais, são consideradas como 30 dias.

A consulta ao benefício pode ser feita pelo telefone 158, no aplicativo Carteira de Trabalho Digital e no portal go.v.br. O site dá acesso às mesmas informações sobre o abono que estão na Carteira de Trabalho Digital.

O saque é feito na Caixa Econômica Federal. Para quem é cliente, o depósito ocorre diretamente na conta. Quem não tem conta na Caixa recebe os valores na poupança social digital, movimentada pelo aplicativo Caixa Tem.

No aplicativo, é possível pagar boletos, fazer compras ou transferir o dinheiro para outra conta bancária. O saque é permitido após gerar uma senha, e há a possibilidade de realizar Pix. Quem tem Cartão do Cidadão e senha pode sacar o abono nas caixas eletrônicas, nas lotéricas e nos correspondentes Caixa Aqui.

Já o Pasep é pago pelo Banco do Brasil conforme o número final da inscrição do servidor. Quem é cliente recebe direto em conta.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-46c5976b94ffe3389fe63bed55f9cc8f.pdf

Qual regime fiscal da despesa? (Artigo)

Alexandre Manoel e Lucas Barbosa

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=8§ion=2

Veja as regras para se aposentar pelo INSS nos próximos cinco anos (Previdência)

Cristiane Gercina

O trabalhador que planeja se aposentar nos próximos cinco anos precisa estar atento às regras do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para pedir o benefício. Após a reforma da Previdência, que passou a valer em 13 de novembro de 2019, as exigências mínimas são alteradas a cada ano.

Para profissionais que ingressaram no mercado de trabalho após a emenda constitucional 103, foi instituída a idade mínima na aposentadoria. No caso dos homens, a idade se manteve em 65 anos. No das mulheres, subiu de 60 para 62 anos. Neste ano, elas ainda se aposentam com 61 anos e meio. O tempo mínimo de contribuição é de 15 anos de pagamentos ao **INSS**.

Para quem já estava no mercado de trabalho, no entanto, há a possibilidade de se aposentar por idade ou tempo de contribuição, cumprindo as regras de transição, com tempo de contribuição que varia conforme o tipo de benefício.

A Folha mostra hoje quais as principais exigências para se aposentar pelos próximos cinco anos. São cinco regras de transição: pedágio de 50%, pedágio de 100%, pontuação mínima, idade mínima progressiva e para ter a antiga aposentadoria por idade.

A regra do pedágio de 50% foi instituída para contemplar os trabalhadores que estavam próximos de se aposentar e seriam prejudicados pela reforma. As exigências valem apenas para quem estava a dois anos da aposentadoria por tempo de contribuição em 13 de novembro de 2019.

Para ter o benefício por tempo de contribuição, mulheres precisam de 30 anos de pagamentos ao **INSS**, e os homens, 35 anos. Com isso, a regra é válida apenas para quem tinha 28 anos de **INSS** (mulher) e 33 anos (homem). É necessário ainda trabalhar por mais metade do tempo que faltava para se aposentar.

Segundo o advogado Roberto de Carvalho Santos, do Iprevid (Instituto de Estudos Previdenciários), mesmo o segurado que acreditava não se enquadrar no pedágio de 50% deve fazer uma varredura na sua documentação para ver quanto tempo de contribuição

ao **INSS** ele já tinha na data de início da reforma.

"Algumas pessoas podem se enquadrar nesta situação, como nos casos em que o segurado vai contar um tempo rural, tempo de trabalho como menor de idade, mesmo antes de 12 anos, ou tempo especial. E esse tempo vai aumentar suas contribuições e a pessoa pode se aposentar por essa regra ainda no futuro", explica.

De acordo com Santos, a vantagem do pedágio de 50% é ter direito ao cálculo anterior à reforma, em que se pode usar o fator previdenciário. A definição da média salarial, no entanto, é igual para todos: o **INSS** usa 100% dos salários desde julho de 1994. Antes, consideravam-se apenas os 80% maiores.

A segunda regra de transição é a do pedágio de 100%, que garante ao profissional se aposentar por tempo de contribuição após trabalhar mais 100% do tempo que faltava para a aposentadoria em 13 de novembro de 2019. Para se aposentar por essa regra também é preciso atingir a idade mínima de 60 anos, para os homens, e de 57 anos, para as mulheres.

A transição por pontos é uma adaptação de exigência que já existia antes da reforma, mas que era mais vantajosa para os trabalhadores, pois garantia o benefício integral. Nela, o trabalhador precisa atingir uma pontuação mínima, conforme o ano da aposentadoria, ao somar idade e tempo de contribuição. O período mínimo de pagamentos ao **INSS** segue sendo de 30 anos, para mulheres, e de 35 anos, para os homens.

Em 2022, a soma da idade com o tempo de contribuição precisa atingir, no mínimo, 89 pontos (mulheres) e 99 pontos (homens).

É possível ainda se aposentar com uma idade mínima menor que a exigência final da reforma, na quarta regra de transição. Neste caso, a idade mínima sobe seis meses a cada ano, até chegar aos 65 anos em 2027 para os homens e em 62 anos para as mulheres em 2031.

Em 2022, podem se aposentar mulheres com 57 anos e seis meses de idade e 30 anos de contribuição, no mínimo. Para homens o mínimo é de 62 anos e seis meses de idade e 35 anos de contribuição até

dezembro de 2022.

A regra de transição da aposentadoria por idade acaba neste ano. Nela, a idade mínima exigida das mulheres sobe seis meses a cada ano. Em 2022, está em 61 anos e meio para as seguradas.

Em 2023, chegará aos 62 anos e não mudará mais. É preciso ter, no mínimo, 15 anos de pagamentos ao **INSS**. Para os homens, a exigência não muda. Eles seguem se aposentando aos 65 anos de idade como era antes.

Aposentadoria é um benefício pago mensalmente ao trabalhador que contribui com um sistema previdenciário e atinge as regras mínimas para receber a renda. A aposentadoria pode ser de regime geral, como o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), ou próprio, como de estados, municípios e o Distrito Federal.

Tem direito à aposentadoria quem contribui para o sistema previdenciário no qual está vinculado ou pelo qual pretende se aposentar. No caso do **INSS**, é preciso pagar contribuições mensais à Previdência, seja como trabalhador formal, com carteira assinada, ou como autônomo.

A aposentadoria do **INSS** é paga mensalmente em conta aberta no nome do segurado, conforme calendário divulgado todo ano pela Previdência. A cada mês, é pago primeiro o benefício de quem recebe renda mensal no valor do salário mínimo e, depois, os de valor maior, até o teto previdenciário.

A aposentadoria do **INSS** é paga aos trabalhadores que contribuem com o órgão por um tempo mínimo, conforme o tipo de benefício a ser solicitado. As regras também variam se o segurado é homem ou mulher ou conforme o tipo de atividade que exerce, caso o trabalho seja considerado com exposição a agentes prejudiciais à saúde.

Têm direito ao benefício do **INSS** trabalhadores da iniciativa privada, autônomos, donas de casa de baixa renda, estudantes, pessoas com deficiência, cidadãos que atuam em atividade considerada prejudicial à saúde e profissionais que já trabalharam no serviço público, mas que passaram a contribuir com o **INSS** e vão fazer a transferência de contribuições de um regime para o outro.

O tempo mínimo de contribuição para se aposentar pelo **INSS** depende do tipo de benefício que o cidadão irá pedir. Até 13 de novembro de 2019, data em que a reforma da Previdência foi publicada, os trabalhadores conseguiam a aposentadoria por tempo de contribuição com 35 anos de contribuição ao **INSS**

(homens) ou 30 anos de contribuição (mulheres).

?Há, no entanto, regras de transição para quem já estava no mercado de trabalho tanto para a aposentadoria por idade quanto por tempo de contribuição (clique aqui para saber quais são).

Até 13 de novembro de 2019, data em que reforma da Previdência entrou em vigor, o tempo mínimo de contribuição exigido pelo **INSS** para a aposentadoria por idade era de 15 anos de contribuição para homens e mulheres. A idade mínima, no entanto, variava. Era necessário ter 65 anos de idade para os homens e 60 anos para as mulheres.

Após a reforma da Previdência, a regra geral do sistema determina idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens). O tempo de contribuição continua sendo de 15 anos de pagamentos ao **INSS**. Essas normas, no entanto, são válidas para novos segurados. Quem já estava no mercado de trabalho entra nas regras de transição.

Para as mulheres que vão se aposentar por idade em 2022, o benefício é liberado para quem tem 61 anos e meio de idade.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/veja-as-regras-para-se-aposentar-pelo-inss-nos-proximos-cinco-anos.shtml>

Extrema vive boom, vira berço do e-commerce e enfrenta déficit habitacional



Um de cada 4 produtos de venda online sai de Extrema, onde ficam centros como o do Mercado Livre

WESLEY GONSALVES

Um em cada quatro produtos vendidos no e-commerce brasileiro sai de um centro de distribuição da cidade de Extrema, em Minas Gerais. Nos últimos anos, o município se transformou em expoente para o setor logístico e atraiu centenas de empresas. Por trás desse poder de atração está a combinação de posição geográfica - a meros 100 km da capital paulista, principal polo econômico do País - com tributo estadual mais favorável: a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é pelo menos 50% inferior à de São Paulo para vendas interestaduais.

No período de pandemia, o e-commerce no Brasil deu salto, o que fez as empresas investirem nos seus centros de distribuição em Extrema. Diante desse cenário, a cidade viu sua população crescer, o que hoje já se reflete em uma crise imobiliária, dado o aumento na procura por casas, apartamentos e até de vagas em hotéis para os trabalhadores que querem se instalar no município.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o município tinha, em 2021, 37 mil habitantes.

Contudo, um levantamento feito pela prefeitura de Extrema mapeou aproximadamente 53 mil moradores na cidade, o que representa um crescimento populacional de 43% em dois anos. As informações foram compiladas pela Secretaria Municipal de Saúde para entender a quantidade de vacinas de covid-19 que seriam aplicadas.

Além de o número de moradores ter crescido exponencialmente, a cidade ainda recebe diariamente cerca de 10 mil trabalhadores flutuantes, ou seja,

peças que trabalham em centros de distribuição locais, mas vivem nos municípios próximos. "As empresas têm um esquema de ônibus fretados que levam para as cidades vizinhas, como Itapeva, Pouso Alegre e Bragança Paulista.

Há pessoas que vêm todos os dias de São Paulo para cá", relata a gerente de desenvolvimento econômico de Extrema, Mônica Vieira.

Hoje, o município mineiro tem 6 mil CNPJs cadastrados, dos quais 300 são do setor industrial.

"No começo, nós batíamos na porta das empresas, convidando-as a se instalar em Extrema. Agora, são elas que nos procuram para montar negócios aqui", relembra.

PROCURA-SE.

Com a vinda de empresas e de novos moradores, encontrar um lugar para residir em Extrema virou uma tarefa difícil. Dono de imobiliária, Ricardo Di Lorenzo conta que a demanda por imóveis vem crescendo. Ele relata que já é quase impossível encontrar opções para locação e venda nas áreas mais cobiçadas da cidade. "Falta casa na cidade para oferecer para os clientes", diz.

Para tentar suprir a demanda, Extrema vem dialogando com empresas da construção civil com o objetivo de atrair empreendimentos imobiliários.

Em 2021, as empresas HM Engenharia e a BRZ empreendimentos anunciaram um investimento de R\$ 400 milhões para a construção de 1,3 mil unidades residenciais.

Além disso, o município já aprovou a construção de outros 3 mil lotes residenciais. Segundo empresários locais ouvidos pela reportagem, o déficit de moradias varia entre 15 mil e 20 mil unidades.

O crescimento da procura por galpões para centros de distribuição, movimento que se intensificou no início da pandemia, parece não estar perto de acabar. Conforme apurou o Estadão, a próxima gigante que deve abrir um centro de distribuição na cidade é a marca de produtos esportivos italiana Fila. Por enquanto, apesar de ter batido o martelo, a empresa

ainda não tem data para a inauguração da operação local.

Quem passa pela cidade vê, além do cenário mineiro de montanhas, diversas obras em andamento de futuros barracões industriais. O presidente da Fulwood Condomínios Logísticos, Gilson Schilis, explica que o modelo mais procurado pelas companhias são os chamados de "big boxes" - terrenos com mais de 50 mil metros quadrados. "Estamos finalizando uma obra de 100 mil metros ainda em 2022. Para o ano que vem, já temos outra de 210 mil metros quadrados, que abrigará a operação de uma empresa multinacional." Todos esses investimentos se refletem positivamente no mercado de trabalho. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que, no último ano, foram criados mais de 4,5 mil postos de trabalho em Extrema, o melhor desempenho no Estado. Com a maior parte dessas oportunidades no setor logístico, as companhias que já estão instaladas no município precisam se esforçar para reter os funcionários que vêm sendo assediados pelos concorrentes.

Esse é o caso da gerente de prevenção e perdas do Mercado Livre, Ariana Ribeiro. Depois de trabalhar 12 anos em uma loja online nacional de artigos esportivos, a funcionária recebeu a oferta da gigante argentina de e-commerce. "Com esse mercado aquecendo na pandemia, as empresas precisaram melhorar os salários e os benefícios para competir com os concorrentes. Por isso eu decidi mudar de emprego."

DESAFIOS À FRENTE.

Para Ricardo Taborda, o sócio da 7D - empresa especializada em soluções para logística -, a baixa disponibilidade de imóveis e de terrenos para construção de galpões pode afetar a decisão das companhias de escolher o município mineiro como seu novo endereço logístico.

"Extrema é o melhor lugar que temos hoje, mas qualquer coisa que mude em relação a esses dois pontos pode tirar a atração da cidade aos olhos dos investidores", afirma.

Na visão de Taborda, a cidade vive um momento decisivo na sua consolidação como um polo nacional de centros de distribuição - e precisará oferecer mão de obra e também estrutura para quem chega ao município. "É uma janela de oportunidade que Extrema tem. Quando a **reforma tributária** ocorrer, talvez eles não sejam tão atraentes do ponto de vista fiscal, então é o momento de investir para a cidade crescer e se tornar desejada mesmo depois do fim dos incentivos", avalia.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Extrema vive boom, vira berço do e-commerce e enfrenta déficit habitacional

PORTAL UOL

Extrema vive boom, vira berço do e-commerce e enfrenta déficit habitacional

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BOA LOCALIZAÇÃO

Cidade mineira garante a empresas benefícios fiscais do Estado sem abrir mão da proximidade de SP



HABITANTES
DA CIDADE

53 mil

TRABALHADORES
FLUTUANTES

10 mil

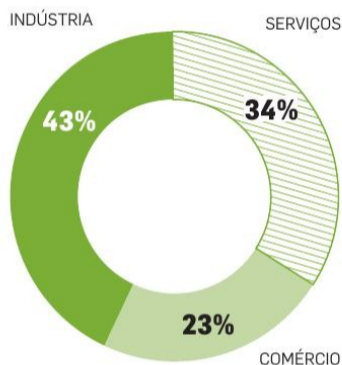
Posição geográfica na divisa entre Minas Gerais e São Paulo transformou cidade em polo dos centros de distribuição de empresas

EM KM

CIDADE	DISTÂNCIA DE EXTREMA
BELO HORIZONTE	478
RIO DE JANEIRO	472
PORTO DE SANTOS	175
AEROPORTO DE VIRACOPOS	124
AEROPORTO DE GUARULHOS	109
CAMPINAS	102
SÃO PAULO	100

Divisão das empresas instaladas em Extrema, MG, por setor

Com mais de 6 mil CNPJs cadastrados, cidade mineira possui cerca de 300 indústrias instaladas



Algumas das empresas que atuam na cidade

- MERCADO LIVRE
- CENTAURO
- CASAS BAHIA
- BAUDUCCO
- TOK&STOK
- HUAWEI
- NIKE
- JOHNSON & JOHNSON
- KOPENHAGEN
- AMBEV

FONTES: PREFEITURA DE EXTREMA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

A redenção dos Juros sobre o Capital Próprio - OPINIÃO JURÍDICA

***Luiz Gustavo A. S. Bichara e Murillo Allevato são sócios
do Bichara Advogados***

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289

Eleição põe à prova independência do BC

ROSANA HESSEL

A independência do Banco Central (BC), conquistada com a sanção da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, será finalmente testada na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorre nas próximas terça e quarta-feira. As apostas do mercado variam entre 0,50 e 0,75 ponto percentual de alta na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, mas analistas avaliam que o mais aguardado da reunião será o **comunicado** do colegiado. Nele, o BC deverá dizer se vai interromper o processo de elevação da taxa ou seguir o fluxo de alta nos juros internacionais, promovido pelos bancos centrais com o objetivo de combater a **inflação** global, que não dá sinais de trégua.

Para a maioria dos especialistas ouvidos pelo Correio, o argumento de que o BC brasileiro iniciou o ciclo de aperto monetário mais cedo, em março de 2021, quando a Selic estava no piso histórico de 2% anuais, não será suficiente para justificar a interrupção da alta dos juros em um cenário em que o câmbio segue pressionado, devido às incertezas na política e à expectativa de piora da **inflação** e do cenário fiscal em 2023. Eles ressaltam que não adianta olhar para a **inflação** de 2022 porque, mesmo com a perspectiva de queda pontual devido à redução dos **tributos** sobre combustíveis, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continuará acima do teto da meta, de 5%, neste ano, e de 4,75%, no ano que vem. Ao mesmo tempo, afirmam que a principal consequência da continuidade do aperto monetário é uma só: recessão, que pode acontecer entre o fim deste ano e o começo de 2023.

Atuação criticada

Pela primeira vez, as eleições terão um BC autônomo, mas não se sabe até que ponto ele exercerá essa independência. Nos pleitos anteriores, a atuação do BC sempre foi criticada - principalmente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes - por interromper os ciclos de aperto monetário durante as campanhas políticas. Mas analistas reconhecem que não será fácil para o Copom se explicar caso resolva parar com o aumento da Selic em meio à campanha eleitoral, que começa oficialmente no próximo dia 16.

Se quiser dar um sinal de que é realmente autônomo, o BC poderá jogar contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) na corrida eleitoral. Juros mais altos significam crédito mais caro e menos impulso na economia. Não

à toa, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023 projetado pelo mercado, abaixo de 0,50%, não para de encolher diante da perspectiva de que os juros devem continuar elevados e acima de dois dígitos até dezembro do ano que vem. Para piorar, o Executivo não ajuda o trabalho do BC no combate à **inflação**, porque está tomando medidas que aumentam despesas e pioram o quadro fiscal - apesar do discurso das autoridades de que o processo de consolidação está em curso.

Na visão de especialistas, os riscos fiscais aumentaram com medidas recentes do governo, como o pacote de R\$ 41,2 bilhões aprovado com a PEC Kamikaze, denominação dada pelo ministro Paulo Guedes. Esse pacote de benefícios, que começam a ser pagos nesta semana, deve ajudar e armar uma série de "bombas fiscais" no próximo ano, porque as benesses dificilmente serão suspensas.

O principal problema que deverá ser considerado na reunião do Copom é a desancoragem das expectativas de **inflação**. Apesar de a tendência de desaceleração dos índices nos próximos meses, o BC caminha para o fracasso na política monetária por três anos consecutivos. No último boletim Focus, a mediana das estimativas do mercado coletadas pelo Banco Central para o IPCA - que mede a **inflação** oficial - passou de 5,20% para 5,30% em 2023, acima do teto da meta, de 4,75%.

Estados Unidos

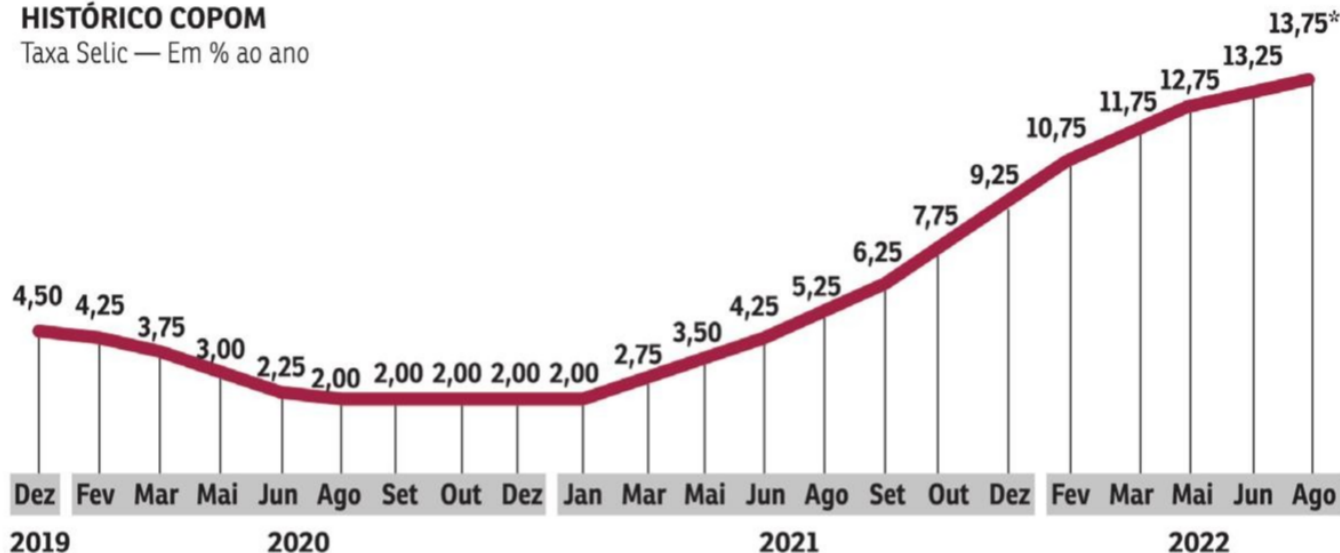
Os Estados Unidos entraram em recessão técnica com queda no **PIB** por dois trimestres seguidos neste ano. Esse fato pode até deixar o Banco Central em uma posição menos desconfortável, reconhecem os analistas, o que poderia ajudar no argumento de interromper a alta da Selic a partir de setembro. "Com os EUA em recessão técnica, fica mais fácil para o BC vender a estratégia de estabilidade na política monetária a partir da reunião de agosto. Mas o mercado não compra muito isso, porque a mediana das projeções continua subindo e está acima do teto, mesmo com a Selic no fim do ano em 13,75%. Por isso, o mercado acha que ficar com os juros parados nesse patamar não será suficiente", destaca Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

Aperto forte

Os juros básicos estão subindo desde março de 2021 e estão próximos dos patamares de 2016 ainda não há um consenso do mercado de que o Banco Central vai interromper o ciclo no Copom desta semana

HISTÓRICO COPOM

Taxa Selic — Em % ao ano



*previsão de analistas do mercado ouvidos pelo **Correio** e mediana das estimativas do boletim Focus para a Selic no fim do ano.

HISTÓRICO DE METAS DE INFLAÇÃO

Dados em % ao ano

— Piso — Meta — Teto — IPCA



*Mediana da previsão do mercado no último boletim Focus, do BC, DE 22/07

R\$ 33,9 bilhões

impacto de cada ponto percentual a mais na dívida pública bruta

R\$ 7,1 trilhão

total da dívida pública bruta em maio, o equivalente a 79,2% do PIB

0,49%

mediana das previsões do mercado para o PIB de 2023, em grande parte, devido ao freio dos juros altos na atividade

Fonte: Banco Central

Quadro fiscal impõe desafio

O ex-diretor do Banco Central José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), não acredita que as eleições devam influenciar as decisões do BC ao longo deste semestre. "O compromisso do BC com o combate à inflação é legítimo e ele dá todos os sinais de que não há espaço para se curvar a pressões políticas. Além disso, agora, ele tem essa prerrogativa em lei, o que reforça a hipótese de que não haverá interferência", afirma.

Senna reconhece que será difícil para o BC interromper o atual ciclo de alta dos juros, com um cenário internacional incerto, a perspectiva de recessão global e o ambiente doméstico instável, que tem pressionado o câmbio.

E, diante da piora no quadro fiscal, com o governo adotando medidas expansionistas, o trabalho do BC está cada vez mais desafiador. "Vemos as decisões de política fiscal do Executivo na contramão do controle da inflação. A redução artificial do IPCA, neste ano, devido à diminuição temporária de tributos sobre combustíveis, visa plantar inflação mais alta no ano que vem. E o período de tempo com que o BC se preocupa é 2023 e 2024. Logo, tanto o ambiente externo quanto o doméstico não ajudam no trabalho do BC. E, por isso, temos dúvida se o Copom terá êxito em manter a inflação na meta", resume Senna.

Estrategista-chefe da Wealth High Governance (WHG), Tony Volpon considera que a boa reação do mercado em relação à nova alta dos juros dos Estados Unidos, na última quarta-feira, foi um alento para o BC brasileiro. "Mas, o que o mercado dá, o mercado tira. A questão fiscal segue indefinida e, de um lado, ninguém sabe muito bem o que o eventual novo governo fará com os gastos e, do lado da receita, ninguém sabe quanto dessa melhora recente vai durar", explica.

O ex-diretor do BC reconhece que, com a autoridade monetária independente, devido ao histórico das eleições anteriores, "a pausa eleitoral, do ponto de vista estritamente de política monetária, não é adequada".

"O BC não vai ter mais desculpa da falta de independência para interromper o ciclo de alta dos juros. Mas vemos que muitos bancos centrais, com tradição mais longa de independência, tipo Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA), tendem a fazer isso também", destaca. Para Volpon, o que mais

preocupa é a divergência das projeções do mercado com as do Banco Central. "O BC está mais otimista nas previsões e, assim, levanta a dúvida se esse otimismo não está influenciado por uma vontade de parar na próxima reunião do Copom", pontua.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também não acredita que o BC deverá interromper o ciclo de alta dos juros durante a campanha eleitoral. "O que está parecendo é que o ciclo de aperto monetário não deve parar e talvez tenhamos uma recessão em 2023, que já está contratada, porque o mundo está em desaceleração e o Brasil não será exceção", explica. (RH)

Troca de marcha (Editorial)

Surpresas e intervenções do governo devem fazer a economia crescer muito mais em 2022 do que se previa no fim do ano passado. As perspectivas para 2023 pioraram bastante, porém. No meio desse caminho, disputa-se a eleição mais tensa desde a redemocratização.

Não faz muito tempo, imaginava-se que a atividade econômica estaria em declínio a esta altura. O prognóstico mais comum, no momento, é que não deve haver até outubro mudança a ponto de alterar as percepções do eleitorado.

Em abril, as projeções de economistas privados compiladas pelo Banco Central apontavam crescimento de apenas 0,5% neste ano. As previsões mais recentes convergem para uma alta de 2%.

Parte da revisão se deve a estímulos transitórios e gastos públicos extraordinários. Aumentou o valor do Auxílio Brasil, houve grandes reduções de **impostos** e o saque extra das contas do FGTS, por exemplo.

Houve também imprevistos. O número de pessoas empregadas cresceu muito além do projetado. A taxa de desemprego cai rapidamente e deve ficar perto de 8% no fim do ano, o melhor resultado desde 2014.

A média do valor real dos salários, porém, ainda é a menor da década, e a soma dos rendimentos do trabalho é a mesma de 2019. O surto inflacionário, que ora arrefece, explica em parte a contenção dos salários e o mal-estar econômico persistente, apesar de haver mais gente com trabalho.

A receita do governo federal é outro indício de que algo mais se movimenta na economia. Nos últimos 12 meses, cresceu quase 24% em termos reais. A alta dos preços das commodities explica boa parte do influxo excepcional de recursos.

A receita bruta equivalia em junho a 23,9% do **PIB**, apenas um pouco menor do que a verificada em alguns meses de 2010 e 2011 -quase um recorde em 25 anos.

Mas commodities estão longe de explicar o bom resultado das empresas, ao menos o expresso no pagamento de **impostos** e no nível moderado, mas persistente, de **confiança** empresarial.

Até dezembro, a **inflação** deve recuar das proximidades de 12% para pouco mais de 7% ao ano,

graças à intervenção artificial do governo. Assim, espera-se que a taxa básica de juros, a Selic, encerre este ano em 13,75% ou 14%, mas permaneça na casa dos 11% até fins de 2023.

A incerteza política e fiscal, o peso dos juros e a desaceleração da economia mundial devem estabilizar o ritmo da atividade e fazê-la arrefecer no último trimestre.

A eleição presidencial ocorrerá nesse momento morno da atividade. Quanto à política, o jogo da economia e dos estelionatos eleitorais parece quase todo jogado. O debate a fazer será de interpretações do que se passou e visões de futuro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49990>

Ministro do STF autoriza São Paulo e Piauí a compensar perdas com teto do ICMS

Ricardo Della Coletta

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou os governos de São Paulo e Piauí a compensar perdas do ICMS da gasolina, energia elétrica e comunicações por meio de descontos nas parcelas das dívidas dos estados com a União.

As decisões liminares se somam a autorizações semelhantes já concedidas ao Maranhão e Alagoas. Os estados alegam perdas de arrecadação com a sanção da lei que fixa um teto de 17% ou 18% para as alíquotas de ICMS que incidem sobre itens que passaram a ser considerados essenciais.

O argumento dos estados é que a lei que criou o teto do imposto estadual inclui um gatilho que permite aos estados abater dívidas com a União, caso as medidas levem a uma queda maior que 5% na arrecadação total com o ICMS.

"Conforme estudos da Secretaria da Fazenda e Planejamento, estima-se que o estado de São Paulo deixará de arrecadar, no exercício de 2022, o valor de R\$ 3,2 bilhões, relativo ao ICMS incidente sobre gasolina, energia elétrica e comunicações", disse o governo paulista, na ação inicial.

No caso paulista, a determinação de Moraes estabelece que o governo estadual poderá efetuar "já a partir do próximo mês de agosto, a compensação imediata das parcelas vincendas do contrato de dívidas do Estado de São Paulo com a União, administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional, com as perdas do ICMS incidente sobre gasolina, energia elétrica e comunicações, no que excederem a 5%, calculadas mês a mês com base no mesmo período do ano anterior, com correção monetária."

Também impede a União de inserir o estado de São Paulo em qualquer cadastro de adimplência pelo não pagamento de serviços da dívida em razão da compensação; bem como "constranger o estado de São Paulo em trâmites de operações de Crédito e Convênios e na sua classificação de rating (risco de crédito) em âmbito federal, como consequência da compensação ora requerida".

O secretário de Fazenda de São Paulo, Felipe Salto,

disse que a decisão de Moraes "restaura o equilíbrio federativo mínimo". "Com a liminar, São Paulo, que tem as contas em ordem, será compensado com redução do pagamento de juros e parcelas da dívida com a União. Nada mais justo."

A sanção do teto do ICMS para combustíveis e outros itens ocorreu em 23 de junho.

A mudança faz parte da ofensiva do Palácio do Planalto para reduzir o preço da gasolina e do diesel a poucos meses das eleições.

Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O projeto foi alvo de intensa disputa entre estados e municípios, que alertaram para a perda de receitas, e o governo federal, que, com apoio do Congresso, usou o momento de alta na arrecadação para alegar cofres cheios nos estados e espaço para o corte de **tributos**.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49990&anchor=6460439&pd=e26f5d24ca6fba095e060e899381c8c8>

Pacote eleitoral do governo deve manter Selic elevada



Thomas Wu, economista-chefe da Itaú Asset, na sede da gestora em São Paulo. Zanone Fraissat - 26.jul.2022/Folhapress

Lucas Bombana

As medidas do governo para aumentar os gastos sociais às vésperas das eleições tendem a colocar uma pressão adicional sobre a **inflação**, em um cenário no qual o processo de alta dos preços em escala global também tem influenciado a dinâmica inflacionária local.

Nesse cenário, economistas avaliam que os reflexos das políticas adotadas pelo governo Bolsonaro na **inflação** de médio prazo devem forçar o BC (Banco Central) a ter de ser ainda mais agressivo na condução da política monetária.

Desde março de 2021, a autoridade monetária já elevou a taxa Selic da mínima histórica de 2% ao ano para os atuais 13,25%. E, no boletim Focus, a estimativa mediana dos economistas indica mais uma alta de 0,50 ponto percentual no encontro dos dias 2 e 3 de agosto, com a taxa básica de juros em 13,75% em dezembro de 2022, recuando para 10,75% até o final de 2023.

No entanto, a política fiscal expansionista, bem como as dúvidas que pairam acerca da condução da economia a partir de 2023, faz com que um número cada vez maior de agentes econômicos passe a apostar que o BC tenha de ser ainda mais duro no processo de ajuste nos juros.

Seja com mais aumentos do que o previsto pelo consenso de mercado na Selic, seja com a manutenção da taxa em patamares elevados por mais tempo do que o esperado.

Economista-chefe da Itaú Asset, Thomas Wu projeta que a taxa Selic irá alcançar os 13,75% ao final do atual ciclo de alta dos juros. Mas, diferentemente dos pares, avalia que dificilmente a autoridade monetária terá espaço para promover alguma redução da Selic em 2023.

Wu afirma que o aumento dos gastos pelo governo para ajudar as classes menos favorecidas faz sentido, tendo em vista os choques de preços no Brasil e no exterior, e a pressão causada em itens básicos de consumo, como alimentação e energia. "Vários países estão fazendo alguma política fiscal que protege os mais vulneráveis", diz.

A medida, contudo, faz com que a **inflação** esperada à frente seja mais alta, o que deve impedir que o BC dê início ao processo de afrouxamento da política monetária a partir do ano que vem, afirma o economista-chefe da Itaú Asset.

Ele projeta o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 7,7% para 2022, e em 5,5% para 2023 -ambas as projeções estão bem acima da meta de **inflação** a ser perseguida pelo BC, de 3,5% e 3,25%, respectivamente. "Dificilmente o BC vai ter espaço para corte de juros em 2023."

Na segunda-feira (25), o Citi revisou, de 9,50% para 10,50%, a estimativa para a taxa Selic no final de 2023. Já para 2022, a projeção foi mantida em 13,75%.

Embora iniciativas recentes de redução de **impostos** estejam reduzindo os preços no curto prazo, as perspectivas de médio prazo para a **inflação** se deterioraram ainda mais, já que as medidas de alívio são apenas temporárias, aponta o Citi em relatório.

"A **inflação** persistente, os estímulos fiscais adicionais e uma atividade mais forte indicam uma taxa Selic de dois dígitos por mais tempo", diz o banco americano.

Ainda segundo os economistas do Citi, a contínua

deterioração das condições econômicas globais tende a manter o real na recente trajetória de desvalorização frente ao dólar. O Citi projeta a taxa de câmbio em R\$ 5,42 no final do ano -a moeda encerrou a sessão nesta sexta-feira (29) negociada a R\$ 5,17.

A apreciação do dólar, por sua vez, tende a inflar uma **inflação** que já se encontra em patamares bastante elevados no Brasil, uma vez que, com a moeda americana mais cara, os produtos que o país importa dos Estados Unidos automaticamente também sobem de preço.

Santander e Credit Suisse projetam Selic em 14,25% ao ano

Em 14 de julho, um dia depois de a Câmara ter aprovado a PEC dos Benefícios, o Santander aumentou, de 13,50% para 14,25%, a projeção para a taxa Selic no final de 2022, e de 10,50% para 12%, em dezembro de 2023.

Segundo o banco, o aumento nas expectativas de **inflação** para o próximo ano desde a última decisão do Copom (Comitê de Política Monetária), junto a uma deterioração no balanço de riscos, com os novos impulsos fiscais, foram os principais motivadores que levaram à revisão. Números considerados fortes de emprego também foram citados entre os motivos para o ajuste.

"Estes fatores geram risco importante para o cenário de desaceleração da atividade econômica antecipado pelo BC para o segundo semestre de 2022 -o que entendemos como condição estritamente necessária para a rápida desinflação projetada pelos modelos da autoridade", disse o Santander em relatório assinado pela economista-chefe do banco, colunista da Folha e ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

Ainda de acordo com a avaliação do banco espanhol, o BC deve evitar um pico ainda mais acentuado dos juros no ciclo atual, mas mantendo as taxas mais altas por mais tempo.

"Ainda assim, identificamos a necessidade de um aperto adicional na taxa Selic para que o BC possa trazer a **inflação** para mais perto do centro da meta em 2023."

Também na esteira da aprovação da PEC, o Credit Suisse revisou no dia 13 de julho, de 13,75% para 14,25%, a projeção para a taxa Selic no final deste ano. Para 2023, a estimativa também subiu, de 10,75% para 11,25%.

A **inflação** elevada e disseminada em diversos setores da economia e as estimativas crescentes para o IPCA

no ano que vem foram citados pelo Credit Suisse entre os motivos que embasaram as revisões.

No boletim Focus de 22 de julho, a projeção para a **inflação**, embora tenha recuado de 7,30% para 7,20% para 2022, subiu, pela 16ª semana seguida, de 5,20% para 5,30% para 2023.

A deterioração do quadro fiscal e um desempenho melhor do que o esperado para a economia neste ano também contribuíram para a visão do Credit Suisse quanto à necessidade de um aperto mais agressivo pelo BC.

Economistas avaliam que, embora as medidas fiscais que beneficiam a população de baixa renda, se por um lado, impulsionam o crescimento econômico em 2022, por outro, escondem uma herança maldita para 2023, que deve ser marcado por um crescimento abaixo do previsto inicialmente pelo mercado, com mais **inflação** e juros.

"Interromper o ciclo de aperto neste ponto seria altamente arriscado, dado que as expectativas de **inflação** estão significativamente desancoradas, o que pode comprometer a credibilidade da política monetária e aumentar o custo da redução da **inflação**, e pelo fato de que os bancos centrais ao redor do mundo estão tentando reafirmar sua credibilidade e compromisso com o objetivo de manter a **inflação** baixa, o que aumenta o risco de uma taxa de câmbio doméstica ainda mais depreciada", apontou o Credit Suisse no relatório assinado pelos economistas Solange Srouf (colunista da Folha), Lucas Vilela e Rafael Castilho.

Economista-chefe da gestora Tenax Capital, Débora Nogueira também revisou em 13 de julho, de 13,75% para 14%, a projeção para a taxa Selic no final de 2022.

Segundo ela, os dados mais recentes de atividade e **inflação** sugerem que o quadro em setembro ainda será de descolamento importante dos preços para 2023 em relação à meta, exigindo alguma ação adicional do BC.

Já em outubro, o peso de 2024 para o horizonte da política monetária ganhará espaço, enquanto também será maior o peso da contração da atividade econômica em 2023, viabilizando, dessa forma, a interrupção no ciclo de alta dos juros, afirma a especialista.

"Esses 0,25 ponto percentual adicionais da Selic em setembro terão impacto reduzido na **inflação**, mas trazem um simbolismo importante em um momento em que a ancoragem das expectativas é o objetivo", diz a

economista-chefe da Tenax.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49990&anchor=6460439&pd=e26f5d24ca6fba095e060e899381c8c8>

O bumerangue fiscal (Editorial)

O Maranhão deu a largada para uma reação mais do que esperada dos governadores contra a perda de receitas imposta à força pelo presidente Jair Bolsonaro. O Estado foi o primeiro a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o pagamento de dívidas garantidas pela União. Ao analisar o caso, o ministro Alexandre de Moraes concordou com os argumentos do Estado e considerou que as leis que impuseram um teto para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis e mudaram a base de cálculo do tributo devem acarretar "um profundo desequilíbrio na conta dos entes da federação". Com um pedido semelhante, Alagoas também obteve uma liminar, e é questão de tempo para que outros Estados também apelem ao Supremo. É a crônica de um desastre anunciado, que certamente vai custar muito caro para o País.

O aumento da arrecadação dos Estados não é algo estrutural - está relacionado a efeitos temporários, caso do aumento dos preços do petróleo e derivados em razão da guerra na Ucrânia.

Qualquer presidente responsável e dotado de articulação política veria nesse contexto uma oportunidade para liderar esforços pela aprovação de uma ampla reforma para simplificar e unificar **impostos**, eliminar regimes especiais e garantir uma tributação progressiva com vistas a impulsionar o crescimento econômico. Por óbvio, as negociações são difíceis, mas é mais fácil chegar a um acordo quando as partes envolvidas estão com o caixa cheio. O governo federal, no entanto, fez exatamente o contrário. Usou os combustíveis como pretexto para iniciar uma campanha difamatória contra os governadores, jogou Câmara e Senado contra os Estados e optou pela chantagem pública. Encurralados pela disputa eleitoral, os governadores não quiseram correr o risco de serem vistos como inimigos. De forma irresponsável, decidiram se antecipar e arcar com as perdas. Agora que a conta começou a chegar, recorreram ao socorro do STF.

São várias as consequências desse imprevisto tributário generalizado. Para começar, suas consequências são definitivas: tanto a imposição do teto de 17% quanto a mudança na base de incidência do ICMS continuarão a vigorar mesmo que os preços do petróleo eventualmente despenquem de uma hora para outra. Muitos Estados que iriam encerrar o ano com as contas no azul já projetam um déficit, e investimentos em saúde e educação, que fazem diferença na vida da população mais carente, terão de

ser reduzidos.

Os municípios, que historicamente têm contas mais ordenadas, podem em breve se tornar uma nova fonte de problemas financeiros, já que uma parte da arrecadação de ICMS fica com os prefeitos. Após anos de negociação para aderir a planos de recuperação fiscal, os Estados mais endividados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais, dificilmente conseguirão atingir uma trajetória de equilíbrio das contas públicas no médio prazo. O fato de que os acordos foram fechados considerando receitas que não mais se realizarão abre margem para que as contrapartidas com as quais eles haviam se comprometido tampouco sejam cumpridas, como o veto a reajustes de servidores, a aprovação de reformas e a privatização de estatais.

Ainda que sejam tratados como inimigos por Bolsonaro, Estados e municípios são parte da Federação. Sem autorização para emitir dívida, eles não têm muitas alternativas para arrecadar receitas a não ser a cobrança de **impostos** - como vinham fazendo por meio do ICMS sobre bens essenciais - ou com empréstimos em instituições financeiras públicas e multilaterais.

Essas operações, no entanto, precisam do aval do Tesouro Nacional, e, em caso de calote, quem herda a conta é a União. É o que deve ocorrer se todos os Estados que apelarem ao STF tiverem sucesso em seus pleitos. É, portanto, um despropósito que Bolsonaro tenha atuado para corroer as finanças de Estados e municípios quando sabe (ou deveria saber) que o custo dessa política recairá sobre o próprio governo federal. O desastre fiscal dos entes federativos é, em última instância, a ruína do País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com risco fiscal, custo da dívida pública pode subir R\$ 63 bi

ANNA CAROLINA PAPP ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O custo da dívida pública vai aumentar em pelo menos mais R\$ 63 bilhões em 2023 com a elevação dos juros incidentes sobre a dívida devido à maior desconfiança na política fiscal brasileira desde maio.

Para calcular o aumento do custo da dívida com o fenômeno chamado de "desancoragem fiscal", o economista Bráulio Borges, da LCA Consultoria, utilizou a diferença, nas projeções de consenso da pesquisa Focus do Banco Central (BC), entre os juros nominais projetados no começo de maio, de 6,8% em 2023, e o mais recente de 7,4%.

Segundo ele, o governo federal tem enfatizado o movimento de melhora das contas públicas no curto prazo e a redução da dívida pública, o que deve ser comemorado, mas Borges pondera que, no longo prazo, não é isso que os investidores projetam. Até outubro de 2021, o mercado esperava que a dívida bruta em 2030 seria menor do que no final de 2022, denotando uma trajetória de convergência do endividamento, mas o quadro mudou.

"Com a famigerada PEC dos Precatórios, o mercado passou a enxergar uma relação entre dívida e **PIB** em 2030 maior do que no final de 2022", diz Borges, destacando que a percepção de sustentabilidade fiscal tem a ver com o nível e com a dinâmica da dívida. E esse quadro vem piorando diante dos desafios para 2023.

CUSTO MAIS ELEVADO.

Nesse cenário, o Tesouro Nacional pode se ver obrigado a utilizar uma parte do colchão de liquidez (reserva no caixa que permite ao governo não vender os títulos nos leilões em momentos de volatilidade) na segunda metade de 2022, diante das dificuldades de colocação de títulos em mercado.

Caso isso ocorra, a recomposição desse colchão em 2023 exigiria emissão de dívida em montante superior à necessidade total de financiamento.

"A complacência (do mercado) continua, mas diminuiu bastante quando olhamos para os custos de rolagem da dívida.

No ano passado, o governo conseguia se financiar com juro de um dígito nominal, e agora não. Esse nível de desancoragem é algo que não víamos desde o final de 2015", diz.

O economista da LCA chama também atenção para a forte desoneração de **tributos** num momento em que não se sabe ao certo quanto do aumento da arrecadação é de fato estrutural e não apenas decorrente de efeito de curto prazo, com a alta da **inflação** e dos preços de commodities.

Borges publicou um estudo sobre as receitas brutas federais ligadas ao setor extrativo mineral que aponta uma redução de cerca de R\$ 60 bilhões de arrecadação de 2022 para 2023, sobretudo com a esperada redução do preço do petróleo no mercado internacional.

Na sua avaliação, nesse caso não se trata de "culpa" do governo, mas é um elemento que não pode ser ignorado para avaliar o quadro fiscal de 2023.

Diante da elevada volatilidade desse tipo de receita ligada ao petróleo e do quadro fiscal ainda frágil levando em conta o tamanho da dívida, seria prudente não "queimar" boa parte do ganho inesperado da arrecadação com desonerações permanentes de **tributos**.

MUDANÇA ESTRUTURAL.

Entre os técnicos do governo, a visão é diferente. Apesar da preocupação com a desoneração, há uma avaliação de que parte da melhora da arrecadação é estrutural.

Um novo estudo foi encomendado para a Secretaria de Política Econômica para apontar as razões para isso.

Integrantes da equipe econômica também apontam que é consistente a melhora das contas públicas, mesmo com os gastos de R\$ 41,2 bilhões com a PEC Kamikaze e as desonerações.

O colchão de liquidez está mais robusto com repasses do lucro do Banco Central e outras medidas. O governo tem caixa até maio, sem fazer novos leilões,

para pagar os vencimentos dos títulos.

Um dos pontos ressaltados por técnicos do governo é que o aumento de gastos está sendo compensado com alta de receitas, mesmo que conjuntural, como é o caso das receitas de dividendos de estatais e do BNDES. O governo pediu para as estatais que não o fazem para transferir o pagamento de dividendos trimestralmente.

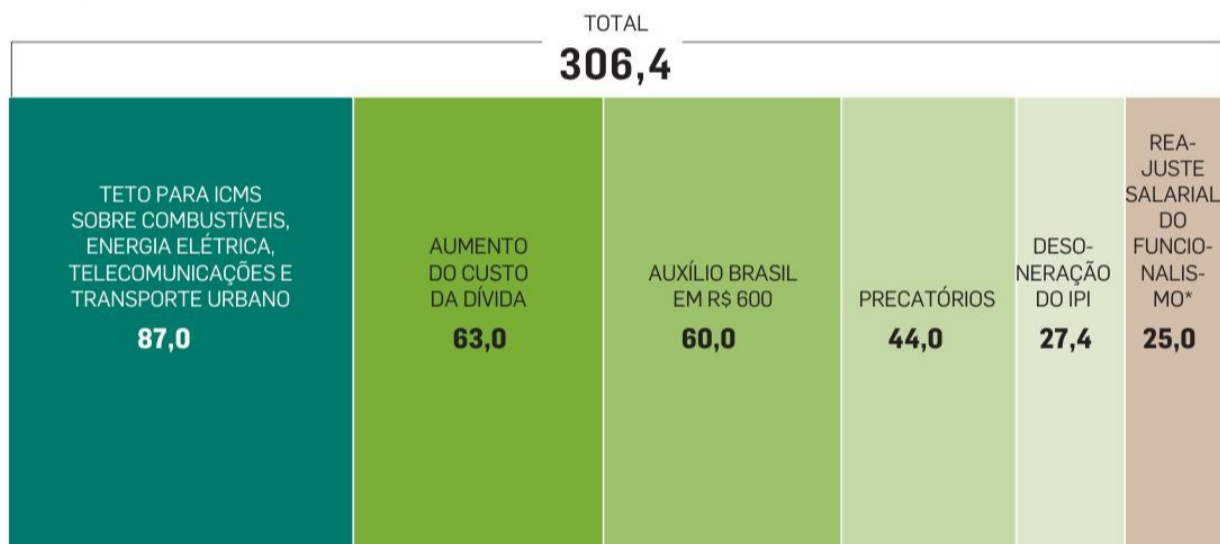
A medida pode antecipar para 2022 o repasse dos dividendos que seria feito só no ano que vem. Pode ser mais uma medida a esvaziar o "tanque" das contas públicas em 2023.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'FATURA' PARA 2023

Cortes de impostos e aumentos de gastos devem ter um custo de mais de R\$ 300 bilhões para as contas do governo no ano que vem

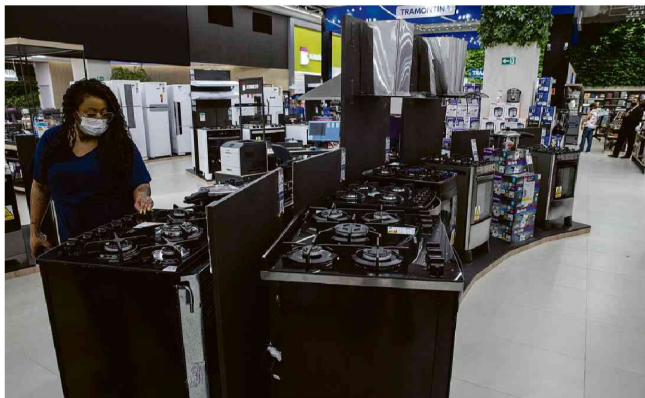
EM BILHÕES DE REAIS



* ESTIMATIVA DE 10%. O REAJUSTE ESTÁ EM ESTUDO PELO GOVERNO, MAS AINDA NÃO FOI DEFINIDO

FONTE: BRÁULIO BORGES/FGV // INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Conjuntura econômica derruba setores que bombaram na pandemia



Mulher observa produtos durante a Black Friday 2021; setor de eletroeletrônicos vive período de esfriamento após boom da pandemia. Daqui Vozes/InfraPress

Thiago Bethônico

Nos últimos dois anos, o isolamento social fez com que certos setores econômicos registrassem crescimento acima da média. Produtos para casa, eletrodomésticos e insumos para reformas são exemplos de itens que tiveram um desempenho excepcional, e que agora vivem uma espécie de ressaca pós-pandêmica.

Com a redução das medidas de distanciamento, o perfil de consumo passou por transformações, ajudando a frear a boa performance dos segmentos que bombaram durante a quarentena. Mas a mudança de hábitos não é a única explicação.

Em tempos de **inflação** alta e perda de poder aquisitivo, o consumidor também precisou reconsiderar os produtos que cabem no bolso. Já do lado dos fabricantes, a elevada taxa de juros, o dólar caro e o cenário internacional encareceram a produção -formando uma conjuntura econômica desfavorável aos negócios.

Um relatório recente sobre o mercado de eletroeletrônicos ajuda a entender esse contexto. De janeiro a maio de 2022, o setor registrou uma queda de 19% nas vendas ao varejo em relação ao mesmo período do ano passado.

Nos cinco primeiros meses deste ano foram comercializados 31,49 milhões de unidades, ante 39 milhões em 2021. Fazendo uma média de todas as linhas de produtos o recuo é ainda maior: 24%.

Segundo a Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos), o setor

teve resultados surpreendentes durante a pandemia - exceto nos primeiros meses.

O isolamento social fez com que os consumidores investissem em novos produtos para a casa, como lava-louças, aspirador de pó, fritadeiras tipo air fryer, além de televisões e produtos de linha branca (que inclui refrigeradores, fogões e máquinas de lavar).

"As pessoas transformaram o ambiente do lar em um ambiente de escola, de lazer, de trabalho. Todos precisaram organizar a casa para suprir essas outras áreas e necessidades", diz Jorge Nascimento, presidente executivo da Eletros.

Há cerca de um ano, porém, o desempenho mudou de trajetória. O setor de ar-condicionados, por exemplo, teve vendas 36% menores nos primeiros cinco meses de 2022 na comparação com o mesmo período do ano passado. No caso dos televisores, a queda foi de 19%.

De acordo com Nascimento, os resultados estão diretamente vinculados à perda de poder de compra da população.

Nos últimos 12 meses, a **inflação** medida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) atingiu 11,89%. Desde setembro de 2021, o nível acumulado está em dois dígitos, ou seja, acima de 10%.

Setembro, aliás, é o mês em que o setor percebeu a virada de performance. "Foi quando começamos a notar uma queda, e logo numa época que é de sazonalidade nossa. O segundo semestre costuma ser melhor, porque tem pagamento de 13º salário, Black Friday, Natal. Tudo isso ajuda a aquecer o mercado", afirma Nascimento.

Além da alta dos preços, também entram na equação: o aumento na taxa de juros -que inibe a busca por crédito-; o dólar em patamar elevado; e o alto custo dos insumos e do frete internacional. Com a flexibilização das medidas sanitárias, o mercado de eletrônicos também passou a disputar parte da renda das famílias com serviços e turismo.

"O setor de eletroeletrônicos é um setor de bens de consumo. Então, se a economia vai bem, imediatamente mostramos um resultado positivo. Quando a economia vai mal, somos os primeiros a

sentir a queda", diz.

Outro segmento que vem caindo em relação à bonança da pandemia é o de móveis. Nos primeiros meses de 2021, o mercado vivia um dos momentos de maior aquecimento de sua história.

A lógica é semelhante ao que ocorreu com os eletroeletrônicos. Com o isolamento social, as pessoas começaram a comprar mais produtos para a casa, seja por uma questão de conforto ou por necessidade - como equipar a casa para o home office, por exemplo.

Além disso, o auxílio emergencial permitiu uma injeção de recursos na economia que alavancou os números do setor.

No entanto, um relatório recente da Abimóvel (Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário) indica uma perda de fôlego. Nos primeiros cinco meses de 2022, a produção de móveis registrou queda de 21,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em maio, o consumo interno aparente -quantidade de peças disponíveis no mercado- está 22,6% menor do que em 2021 e, no comércio varejista, as vendas tiveram uma queda de 9,7% nos últimos 12 meses.

Assim como a compra de móveis recuou, o mercado de reformas também passa por um esfriamento. Em abril de 2021, reportagem da Folha mostrou que os juros baixos e a insegurança provocada pela pandemia vinham impulsionando as obras de melhoria nos imóveis, como forma de investimento.

Naquela época, a Selic estava em 2,75% ao ano, cenário bem diferente dos atuais 13,25%.

A mudança de conjuntura se reflete nos resultados do setor de insumos. A venda de cimento, por exemplo, teve queda de 2,7% no primeiro semestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo o Snic (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento), o mês de junho atingiu 5,2 milhões de toneladas comercializadas, uma perda de 5,3% comparado a 2021.

De acordo com a entidade, o agravamento do ambiente econômico -com inflação elevada e massa salarial em patamares preocupantes- aliado ao preço das commodities e à instabilidade geopolítica têm impactado a economia como um todo.

"Diante desse cenário, a expectativa da indústria do cimento em assegurar os ganhos obtidos de 2019 a 2021 caminha para uma indesejável frustração", diz

Paulo Camillo Penna, presidente do Snic.

Para os próximos meses, a perspectiva tampouco é positiva. O setor espera um quadro econômico e político ainda mais turbulento e já estima uma queda entre 1% e 2% em 2022.

Mercado de pets vê desaceleração após crescer na pandemia

Outro mercado que explodiu durante a pandemia foi o de pets. Em 2021, o segmento ultrapassou a marca dos R\$ 51,7 bilhões em faturamento pela primeira vez, uma alta de 27% em relação ao ano anterior.

Embora os resultados de 2022 não estejam no vermelho -como ocorre com eletroeletrônicos, móveis e cimento- a taxa de crescimento começou a recuar.

Segundo o Instituto Pet Brasil, o mercado deve ter alta de 14% em 2022, com faturamento na casa dos R\$ 59 bilhões.

Não fosse a conjuntura econômica, o cenário poderia ser ainda melhor. Uma pesquisa feita pelo C6 Bank em parceria com o Ipec mostrou que a inflação obrigou 44% dos brasileiros que têm pets a reduzir os gastos com os animais de estimação.

Consumidores tiraram do carrinho itens como brinquedos e sachês. Além disso, quase metade (48%) trocou o tipo de ração por opções mais baratas.

Cenário semelhante acontece com o mercado de delivery. O canal já vinha crescendo nos últimos anos, mas a crise sanitária acelerou esse ritmo a um nível exponencial.

"Neste novo momento, é natural que o delivery não cresça na mesma velocidade, mas não percebemos que há um retrocesso", afirma Fernando Blower, diretor executivo da ANR (Associação Nacional de Restaurantes)

Na visão dele, a transformação foi estrutural, isto é, o consumidor mudou seus hábitos e passou a usar mais este canal -o que tende a ser perene.

"É um momento positivo, uma vez que temos conseguido recuperar faturamento e clientes, porém de alerta e preocupação por conta da inflação dos alimentos e da dívida que ainda carregamos da crise", diz.

Sucesso absoluto durante o período de confinamento, as plantas para casa já não vivem mais aquele boom do primeiro ano de pandemia, mas o mercado como um todo segue forte.

Segundo Renato Opitz, diretor da Ibraflor (Instituto Brasileiro de Floricultura), o segmento de flores em vasos e plantas em geral -como samambaias e suculentas- teve um desempenho ótimo nos últimos dois anos, e agora começou a esfriar.

"Ninguém parou de comprar plantas. As pessoas que antes não tinham esse hábito, passaram a ter e gostaram. [A queda] É mais uma questão de acomodação do mercado e de competição com outras atividades -como turismo, gastronomia, teatro, cinema- que antes não existia", diz.

Opitz também menciona a atual conjuntura econômica, em que a perda de poder aquisitivo provoca, naturalmente, uma diminuição no consumo de flores e plantas. "O cenário não está péssimo, o problema maior é o elevado custo de produção", diz.

No entanto, observando o setor como um todo, a situação parece ter chegado a um equilíbrio. Isso porque o mercado de flores de corte -que inclui decorações para festas e casamentos- afundou durante a crise sanitária, mas retomou com força após o relaxamento das restrições.

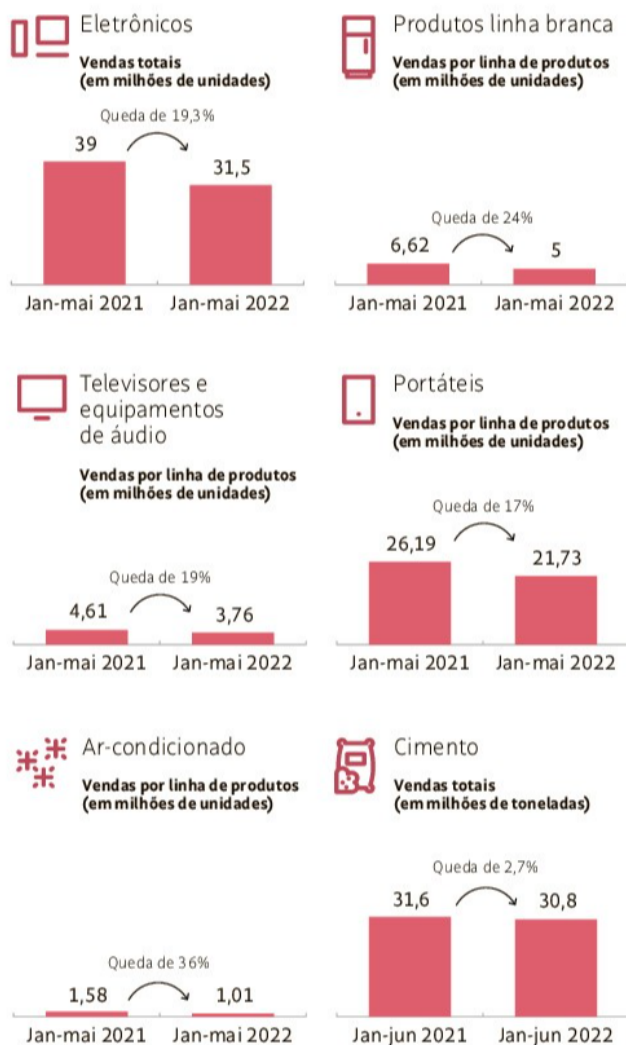
As festas que foram adiadas agora estão se acumulando, a ponto de haver dificuldade em suprir toda a demanda.

A alta nesse segmento acaba compensando a menor procura por plantas de casa. "Se colocarmos tudo na balança, o atual período é melhor do que antes da pandemia", diz.

Site:

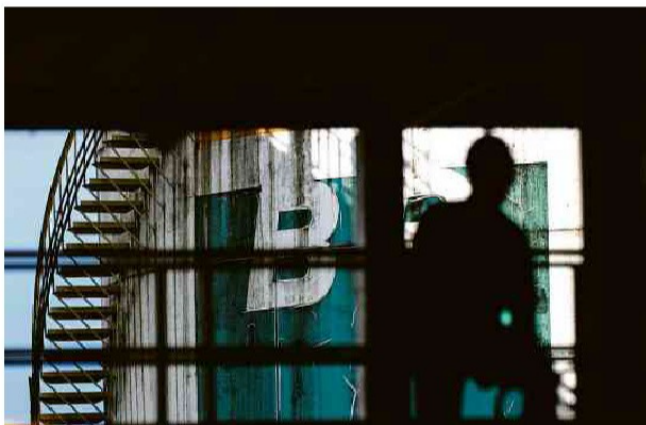
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49990&anchor=6460439&pd=e26f5d24ca6fba095e060e899381c8c8>

Setores que bombaram na pandemia começam a recuar



*Projeção
Fontes: Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos), Snic (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento) e IPB (Instituto Pet Brasil)

Pagamento de dividendo elevado gera críticas a estratégia da Petrobras



Nicola Pamplona

O anúncio de distribuição de dividendos recordes pela Petrobras agradou o mercado, mas gerou questionamentos sobre a estratégia da empresa, que reduziu investimentos e vem priorizando usar seu caixa para remunerar os acionistas, entre eles o governo.

Em teleconferência para detalhar o lucro de R\$ 54,3 bilhões no segundo semestre de 2022, a direção da empresa defendeu que a distribuição de R\$ 87,8 bilhões em dividendos não prejudica a saúde financeira da companhia. E adiantou que novos valores devem ser pagos este ano.

Com os dividendos do segundo trimestre, a Petrobras terá distribuído R\$ 136,3 bilhões pelo desempenho no primeiro semestre de 2022. Precisando de dinheiro para bancar auxílios emergenciais e renúncias fiscais, o governo fica com quase R\$ 40 bilhões.

Os valores do segundo trimestre estão "significativamente acima das expectativas do mercado", nas palavras dos analistas Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins, do banco Goldman Sachs. As ações da estatal reagiram forte alta na Bolsa.

O analista Daniel Cobucci, do BB Investimentos, porém, alerta para riscos dessa política de prioridade à remuneração aos acionistas gerar "implicações para o crescimento e atuação estratégica para o longo prazo".

Esse movimento, diz, ocorre em meio a um processo de venda de ativos e redução do endividamento,

"elementos que permitiriam, em nossa opinião, um posicionamento da companhia em investimentos focados na diversificação das receitas em mercados promissores e voltados para a transição energética."

Essa visão já vem sendo levantada por sindicatos de empregados da companhia e pelo Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), ligado à FUP (Federação Única dos Petroleiros).

E encontra eco no próprio conselho da estatal. Membro independente do colegiado, o advogado Francisco Petros diz que a estratégia da empresa não contempla uma visão integrada que considere necessidade de redução das emissões, satisfação dos usuários de energia e redução do custo de energia.

"Consideradas as variáveis estratégicas, o pagamento de dividendos no nível atual caracteriza a empresa "sem projeto", afirma. "Afora os excessos do controlador contra a governança da Petrobras, mesmo diante de um histórico já conhecido e penoso, agora temos a utilização dos dividendos como um meio de ajuste fiscal".

A estratégia foi implantada na gestão Roberto Castello Branco, o primeiro presidente sob o governo Bolsonaro, que acelerou venda de ativos, ampliou o foco no pré-sal e aprovou a política atual de remuneração dos acionistas.

Retirou ainda a empresa de segmentos em que atuava havia tempo, como biocombustíveis, e novos negócios renováveis, como geração eólica, sob o argumento de que o caixa deve ser usado para investir no pré-sal.

Essa política prevê a distribuição de 60% da geração de caixa da companhia, descontados os gastos com investimentos, a cada trimestre em que a dívida bruta estiver abaixo de US\$ 65 bilhões. Permite ainda a distribuição de dividendos extraordinários, como ocorreu neste segundo trimestre.

Para a FUP, a estratégia "reduz a capacidade de investimento da empresa e representa transferência de renda do trabalhador brasileiro em meio à escalada de reajustes dos combustíveis e da **inflação** provocadas pela equivocada política de preços".

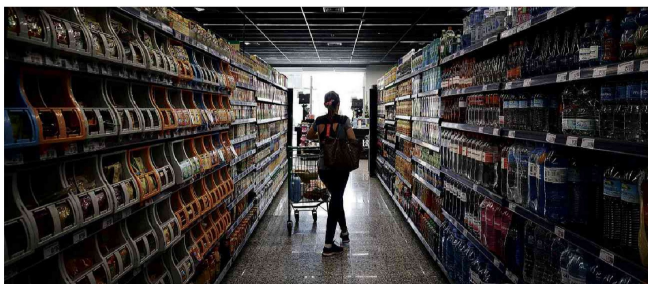
Nesta sexta-feira (29), o diretor de Finanças da companhia, Rodrigo Araújo, defendeu que a distribuição de dividendos é vista como "a melhor alocação de capital da companhia" e que não impacta na decisão de investimentos.

"Todos os investimentos que se mostram rentáveis no nosso cenário de preços foram aprovados", afirmou ele. "A companhia não deixa de fazer investimentos para distribuir dividendos."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49990&anchor=6460439&pd=e26f5d24ca6fba095e060e899381c8c8>

Cenário externo difícil complica combate à inflação no Brasil



Quando o céu do cenário internacional é de brigadeiro, a economia brasileira por vezes patina, devido a nossos idiossincráticos entraves ao crescimento. Sobre esses não discutiremos hoje. O assunto é o céu revoltado que caracteriza a economia mundial.

Sob uma perspectiva temporal mais longa, a economia mundial tomou três tabefes sonoras desde 2008. Primeiro veio a grande crise financeira, resultado de má regulação no mundo desenvolvido quase que inteiro; logo em seguida, tivemos a crise da dívida na Europa, que teve origem numa distorção de incentivos oriunda de uma união monetária mal-ajambrada, implementada na virada do século. O mundo então chegou a 2020 com endividamento estupidamente elevado e política monetária esgotada. Não havia espaço para choques, mas aí veio a Covid e depois a invasão da Ucrânia.

A resposta ao susto da pan-demia foi sem precedentes. Lá no caldeirão do segundo trimestre de 2020, com **PIB** desabando, a percepção era de um cenário de fim de mundo, de colapso total e irrestrito, de alta probabilidade de uma reedição da Grande Depressão dos anos 1930.

Bancos centrais entraram fundo no modo heterodoxo, adquirindo ativos privados para estimular o crédito e expandindo como possível a quantidade de moeda. As autoridades fiscais incrementaram seus gastos de modo inédito.

Por conta desses estímulos e também da natureza do choque -que adverso- uma pandemia não afeta de modo relevante o potencial de crescimento da economia, apesar de paralisá-la no curto prazo- já a partir do fim de 2020 a recuperação econômica se deu a uma velocidade não esperada.

Com a chegada das vacinas em 2021, o passo dobrou, mas de modo geral, os governos seguiram em

modo de pânico, pisando em todos os pedais de acelerador que encontravam pela frente. Resultado dessa talha de calibragem: uma alta brutal da **inflação**.

Esse cenário já estava bastante claro no meio de 2021, ou seja, um ano atrás. Com a invasão russa, os preços de diversas commodities se elevaram ainda mais, adicionando álcool à fogueira inflacionária que já sozinha ganhava musculatura. Em suma, a letargia dos bancos centrais, somada à insanidade de Putin, fez com que a **inflação** global saltasse de um pouco menos de 2% ali no meio de 2020 para perto de 9% em meros dois anos.

Combater a **inflação** é quase sempre um processo custoso, difícil. Justamente por isso atribuímos tanta importância em mantê-la sob controle, enjaulada. Da última vez que a fera fugiu da jaula, no começo dos anos 1980, os juros internacionais precisaram ir para mais de 10% para que ela voltasse a um nível mais civilizado.

Mesmo que hoje a necessidade de ajuste seja menor, o fato é que lá atrás a dívida pública representava meros 30% do **PIB**. Hoje ela é de 100%. Um juro mais alto, ainda que não tão alto, vai dar dor de cabeça para a política fiscal.

Os mercados estão se dando conta de que a **inflação** assim arraigada não vai embora sem sacrifícios. Essa incerteza em si já afeta investimentos e consumo, antes mesmo que se ministre o remédio amargo do juro alto. Para países emergentes como o Brasil, as consequências são menor crescimento interno e desvalorização cambial. Ou seja: atividade econômica fraca e prosseguimento das pressões inflacionárias. O pior de dois mundos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49990&anchor=6460412&pd=4ffb97e6bf6b5820d504fc97b9bbcf03>

Bancos centrais vivem independência limitada

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Instabilidade política cobra um preço alto

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Instabilidade política cobra um preço alto

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

No horizonte, um 2023 ainda mais desafiador

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com dois anos de atraso, Censo inicia coleta de dados

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=1§ion=1

Expansão dos gastos públicos agrava efeitos do cenário global no Brasil

Cássia Almeida *"O Globo", do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=1§ion=1

Inflação, juro alto e recessão testam a força das 'big techs'

Daniela Braun

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=2§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289?page=2§ion=2

Fim do ciclo de alta da Selic divide mercado; juro pode alcançar 14%

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187289